

JOSÉ LUIZ PASIN

**O INSTITUTO DE ESTUDOS
VALEPARAIBANOS E A
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
AMBIENTAL E CULTURAL DO VALE
DO PARAÍBA**

**UNISAL - LORENA
NÚCLEO DE PESQUISA REGIONAL - 04
INSTITUTO DE ESTUDOS VALEPARAIBANOS**

INSTITUTO DE ESTUDOS VALEPARAIBANOS

1973-2006

O Instituto de Estudos Valeparaibanos, fundado aos 30 de junho de 1973, comemora trinta e três anos de fundação e profícuas atividades- um marco na história cultural e ambiental do Vale do Paraíba. Gerado no Departamento de História da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, em iniciativa conjunta de professores, alunos e pesquisadores, espalhou seus objetivos por toda a região, atingindo outros estados e municípios, reunindo, despertando, incentivando, batalhando, protestando, cobrando e agindo sempre em defesa dos ideais de preservar e ativar a história, a geografia, a literatura, as artes, os movimentos ambientalistas. Os centros de estudos e pesquisas, os museus, os arquivos, as bibliotecas e o patrimônio cultural e ambiental. Sediado inicialmente em Guaratinguetá, junto ao Museu “Frei Galvão”, e atualmente em Lorena, no Núcleo de Pesquisa Regional do Unisal- Centro Universitário Salesiano de São Paulo/Unidade de Lorena, reúne centenas de pessoas interessadas na região, promove simpósios, seminários, encontros, palestras, círculos de estudos e debates, visitas técnicas aos municípios e núcleos históricos e turísticos da região. Edita um Boletim Informativo e conserva em sua sede no Unisal, mediante comodato, um precioso acervo de documentos, fotografias, jornais e revistas. Mantém uma biblioteca com 3.000 volumes especializada em assuntos valeparaibanos, a única em todo o Brasil, valorizando e resgatando os temas relacionados ou vinculados à região estudada e pesquisada. Seus objetivos se voltam para a recuperação da bacia do rio Paraíba do Sul, a preservação dos remanescentes florestais das serras da Mantiqueira e do Mar, a difusão do turismo ambiental e cultural, a assessoria a prefeituras, faculdades e instituições de ensino, cultura e ciências. Fruto gerador de sua ação efetiva na região são os arquivos documentais, os museus regionais, o tombamento de imóveis rurais e urbanos e o despertar de uma ação cívica e cultural. Anualmente, são conferidos o Prêmio Cultural “*Eugênia Sereno*” para os melhores publicados sobre o Vale do Paraíba, a Distinção Cultural “*Paulo Camilher Florençano*” para uma pessoa ou instituição que tenha uma ação comunitária na região e a Medalha “*Paulo Pereira dos Reis*” a um valeparaibano proeminente por sua vida e obra. Ao longo de seus trinta e três anos de existência, o Instituto de Estudos Valeparaibanos foi presidido pelos professores José Luiz Pasin (1973 a 1978), Paulo Pereira dos Reis (1978 a 1980), José Luiz Pasin (1980 a 1982), Francisco Soderro Toledo (1982 a 1984), Nelson Pesciota (1984 a 1988), Francisco José de Castro Fortes (1988 a 1990) e Nelson Pesciota (1990 até a presente data). Todas as diretorias imprimiram e nortearam com segurança e objetividade os rumos do IEV, projetando suas ações em todas as regiões brasileiras e transformando-o numa instituição fundamental para o conhecimento da região valeparaibana, em sua múltipla diversidade cultural e geográfica (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais).



DOCUMENTOS BÁSICOS

O Instituto de estudos Valeparaibanos foi idealizado com o objetivo primeiro de resgatar e preservar o patrimônio ambiental e cultural do Vale do Paraíba. Para bem cumprir sua finalidade maior, o Instituto organizou uma biblioteca especializada em temas e autores valeparaibanos e um arquivo que reúne dados e informações sobre a região, abrangendo os mais variados aspectos e, ao longo destes trinta anos, vêm promovendo cursos, reuniões, seminários, debates, encontros, simpósios, conferências, numa tentativa de motivar as autoridades, as instituições culturais e educacionais, os meios de comunicação e a população para a preservação e a utilização racional deste patrimônio. Resultado deste trabalho são os cinco documentos elaborados pelo Instituto de Estudos Valeparaibanos que constituem respectivamente, a “Carta de Defesa do Patrimônio Cultural do Vale do Paraíba e Paraty”, lançada em 11 de Julho de 1977; a “Carta de Defesa do Patrimônio Ambiental do Vale do Paraíba”, lançada em 06 de junho de 1981; o “Apelo em favor do rio Paraíba do Sul”, lançada em 21 de setembro de 1991, a “Carta de Princípios para o Vale do Paraíba”, lançada em dezembro de

1992 e o “Manifesto aos representantes dos Poderes Públicos Municipais do Vale do Paraíba”, lançado em 26 de junho de 1999. A partir da elaboração e divulgação destes documentos multiplicaram-se os bens tombados e criaram-se áreas de proteção ambiental e reservas ecológicas particulares e públicas e organizaram-se numerosos museus, arquivos, bibliotecas, centros culturais e órgãos de preservação do patrimônio ambiental e cultural em todas as regiões do Vale do Paraíba. Dentre as instituições culturais e ecológicas que vêm desenvolvendo um importante trabalho de conscientização, informação e preservação nas áreas valeparaibanas, cumpre destacar o Museu “Frei Galvão”, em Guaratinguetá, O Centro de Cultura e Tradição, em Cunha; a Fundação Nacional do Tropeirismo, em Silveiras; a Divisão de Museus e Arquivos da Prefeitura Municipal de Taubaté, o Pátio das Artes (Escola-Fazenda Boa Vista), em Roseira Velha; o Instituto Histórico e Artístico de Paraty e o Núcleo de Pesquisa Regional, órgão vinculado ao Curso de História do Unisal-Centro Universitário Salesiano de São Paulo/Unidade de Lorena. Publicando estes documentos, reavivamos os objetivos que nortearam a elaboração des-

tes textos, oferecendo subsídios às autoridades dos municípios valeparaibanos, possibilitando às novas gerações de professores, comunicadores, promotores culturais, ambientalistas e estudiosos uma reflexão e a elaboração de projetos, cursos e seminários que possam atualizar as metas culturais e ambientais da nossa região e fortalecer as instituições existentes, reforçando os ideais deste Instituto que nasceu com o objetivo de trabalhar pelo desenvolvimento harmônico do Vale do Paraíba.

—
José Luiz Pasin

CARTA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO VALE DO PARAÍBA E PARATY

Considerando que a “*Declaração dos Princípios de Cooperação Cultural Internacional*”, aprovada pela 14ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 4 de novembro de 1966, declarou em sua resolução 3.03 que cabe aos Estados- membros “*tomar todas as medidas apropriadas*” para “*estudar e apresentar os testemunhos de suas próprias culturas*” e “*cuidar da conservação e apresentação dos bens culturais*”, pois “*sem o estudo e sem a consciência dos valores espirituais não é possível um verdadeiro progresso e um cabal e integral desenvolvimento*”;

Considerando a “*alta função formativa que para a juventude representa o conhecimento desses valores*”;

Considerando a suma importância da conservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico do Vale do Paraíba e do Município de Paraty, monumento nacional, geográfica, histórica e culturalmente ligado ao Vale do Paraíba;

Tendo em conta o abandono e a indiferença em relação a esse patrimônio, a descaracterização das cidades, a poluição crescente do rio Paraíba e do meio ambiente, a devastação da fauna e da flora, o decréscimo das manifestações folclóricas e a destruição sistemática das fontes primárias para os estudos regionais,

O 1º ENCONTRO EM DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO DO VALE DO PARAÍBA E PARATY

Sugere aos poderes federais, estaduais e municipais, ao Codivap- Conselho de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, ao CETESB- Centro Tecnológico de Saneamento Básico, ao IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao CONDEPHAAT- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, à SEMA- Secretaria Estadual do Meio Ambiente e ao IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal:

1. que todos os municípios da região sejam incluídos no Programa Estadual de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano;
2. que se conceda a devida prioridade ao tombamento, inclusive municipal, e à restauração e apresentação de bens culturais da região, visando o desenvolvimento integral da comunidade, por meio do turismo cultural;
3. que os órgãos responsáveis (IPHAN, CONDEPHAAT e outros) orientem tecnicamente as prefeituras, câmaras municipais e autoridades religiosas na maneira de procederem em relação às escavações arqueológicas e à conservação e restauração de monu-

mentos, tais como sedes de fazendas, engenhos, igrejas, capelas, teatros, casas urbanas, com seus respectivos acervos, a fim de que o importante patrimônio cultural da região seja apresentado em forma autêntica e correta;

4. que sejam divulgadas as leis e decretos de preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico, bem como as normas emanadas do IPHAN, CONDEPHAAT, CETESB, CODIVAP, SEMA e IBDF, orientando as prefeituras, câmaras municipais e a população para o seu cumprimento;
5. que, dentro das funções de propor as medidas recomendáveis para salvar o patrimônio histórico e artístico de nossas cidades, sejam estudadas não somente as que se referam aos monumentos considerados isoladamente, mas igualmente considerados estes em relação a seu marco urbano, integrado-os ao plano diretor dos respectivos municípios;
6. que os bens tombados sejam devidamente reciclados, dando-se-lhes utilidades e funções adequadas às suas finalidades;
7. que os poderes públicos isentem de impostos as casas, fazendas e outros monumentos arquitetônicos de valor histórico artístico ou cultural, e lhes concedam auxílio financeiro, desde que os proprietários levem a efeito, permanentemente, a sua preservação;
8. que, em seus planos diretores e códigos de obras, as prefeituras e câmaras municipais dêem ênfase especial à ocupação do solo, visando áreas verdes e de lazer, circulação de pedestres e de veículos, taxa de ocupação de edifícios (estabelecendo afastamento e gabaritos), poluição visual e zoneamento por setores (histórico, industrial, bancário, residencial, etc), e áreas a serem preservadas;
9. que sejam subvencionados os museus existentes e instalados outros e casas de cultura ou de memória que reflitam a história, a cultura e a arte do povo e da região;
10. que sejam inventariados os bens que formam o patrimônio cultural de cada município, como monumentos, sítios arqueológicos, históricos e paisagísticos, arquivos (municipais, religiosos, judiciais e particulares), bibliotecas, coleções de arte públicas e particulares, e manifestações folclóricas;
11. que seja elaborado um roteiro turístico-cultural de cada região, que integre os bens tombados, as festas religiosas, as manifestações folclóricas, os sítios paisagísticos e os locais de interesse histórico e artístico;
12. que sejam fomentados o artesanato, a arte popular, o folclore e a culinária regional, com a instalação de exposição-feira artesanal permanente, ou feiras artesanais periódicas, em recintos fechados, praças ou bairros rurais;
13. que se sensibilizem as autoridades eclesiásticas sobre o valor cultural das festas religiosas e das manifestações profanas peculiares a região;

14. que, dentro do princípio de não agressão ao patrimônio cultural e ecológico da região, sejam formadas comissões municipais responsáveis pela preservação dos bens culturais, da fauna, da flora e do meio-ambiente;
15. que se inclua no currículo escolar o estudo dos bens culturais da região;
16. que o levantamento e o cadastramento dos bens culturais seja efetuado por alunos das escolas da região;
17. que sejam proibidas a venda e a dispersão dos objetos de arte, móveis, livros, imagens religiosas, alfaias, prataria e documentos escritos que compõem o acervo cultural da região;
18. que sejam devidamente cumpridas e fiscalizadas as leis federais, estaduais e municipais de defesa e preservação do meio ambiente, principalmente em relação ao rio Paraíba;
19. que sejam amplamente divulgadas os princípios emanados deste I Encontro em Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Paisagístico do Vale do Paraíba e Paraty;
20. que o ano de 1978 seja considerado o "Ano de Defesa do Patrimônio Cultural do Vale do Paraíba e Paraty"

Guaratinguetá, 11 de junho de 1977.

CARTA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA

Considerando o apelo internacional lançado pela UNESCO na *Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Relativa ao Ambiente*, em 1977;

Considerando a degradação do patrimônio ambiental que está assumindo índices alarmantes de saturação;

Considerando a responsabilidade que cabe a todos e a cada um de nós em particular, na preservação das fontes vitais para usufruirmos do patrimônio coletivo que compõe a Natureza;

Considerando a necessidade de se estudar de modo sistemático, do ponto-de-vista ambiental, os planos de desenvolvimento e de crescimento;

Considerando que o Vale do Paraíba está passando por um processo violento de mudanças ambientais, sociais e culturais;

Considerando que o Instituto de Estudos Valeparaibanos, declarou o ano de 1981, o "*Ano de Defesa do Patrimônio Ambiental do Vale do Paraíba*";

Tendo em conta o abandono e a indiferença em relação a esse patrimônio ambiental e paisagístico, a poluição crescente do ar, da terra e das águas na bacia do rio Paraíba do Sul, decorrente de causas que se aglutinam em torno da falta de planejamento na instalação de unidades industriais, no desconhecimento do perigo decorrentes da poluição emanada de determinadas indústrias e na constante descarga dos esgotos urbanos nas águas e nos rios;

Tendo em conta o uso indiscriminado de adubos químicos e pesticidas nas plantações, a devastação da flora e da fauna, o êxodo rural, a superpopulação e a

conurbação das cidades valeparaibanas, despreparadas social e economicamente para isso;

Tendo em conta a necessidade urgente de se estabelecer diretrizes para uma política racional de desenvolvimento em toda a bacia do rio Paraíba do Sul, o

I ENCONTRO EM DEFESA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA

Sugere aos poderes públicos federais, estaduais e municipais, ao Codivap-Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, à Sema- Secretaria Estadual do Meio Ambiente, ao IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, às universidades, às instituições culturais, científicas e educacionais, aos sindicatos rurais e urbanos, aos veículos de comunicação social e aos habitantes da bacia do rio Paraíba do Sul:

1. Conscientização da população e das autoridades municipais, estaduais e federais contra a instalação de indústrias que ameacem os ecossistemas da bacia do rio Paraíba do Sul;
2. Fiscalização rigorosa nas indústrias poluentes em funcionamento, obrigando-as a adotar as medidas necessárias para o controle da poluição do ar, das águas, da terra, da sonoridade e da saúde dos seus operários;

3. Preservação das áreas de várzeas para a agricultura, evitando a especulação imobiliária, a construção de indústrias e os loteamentos;
4. Elaboração e aplicação de planos diretores em todo os municípios para ordenar a ocupação e o uso do solo, o gabarito das construções urbanas, o zoneamento e a estética das cidades, as dimensões dos terrenos nos loteamentos, evitando-se o crescimento desordenado das cidades;
5. Execução imediata dos planos de recuperação do rio Paraíba do Sul e seus afluentes;
6. Preservação e defesa das matas que guarnecem as nascentes dos rios e ribeiros nos contrafortes das serras da Mantiqueira e do Mar;
7. Proteção e limpeza dos rios, lagos e ribeirões urbanos e implantação de estações de tratamento dos esgotos industriais e urbanos, antes da sua descarga na águas da região;
8. Conscientização dos agricultores sobre o valor dos adubos orgânicos e os perigos do uso dos adubos químicos, herbicidas e pesticidas nas lavouras, pomares, hortas e jardins, principalmente nas lavouras próximas de rios e mananciais;
9. Manter atualizada a relação dos agentes poluidores e substâncias nocivas (adubos químicos, herbicidas, pesticidas);
10. Construção de usinas para a transformação do lixo urbano em adubo orgânico;
11. Criação e manutenção de hortos municipais para o fornecimento de mudas de árvores frutíferas essenciais nobres, flores, arbustos, raízes e plantas medicinais aos interessados;
12. Formação de hortas, pomares, bosques, jardins, parques ecológicos, públicos ou particulares, através de campanha e cursos nas escolas, sindicatos, associações, comunidades e nos veículos comunicação e informação;
13. Proibição do corte de árvores nativas, bem como, de toda a vegetação natural em toda a região valeparaibana;
14. Efetivação dos parques nacionais da Bocaina e do Itatiaia e criação de um parque estadual na área da antiga usina da Light, na divisa dos municípios de Guaratinguetá e Pindamonhangaba, na serra da Mantiqueira;
15. Arborização das cidades e rodovias federais, estaduais e municipais com essências nativas da região e árvores frutíferas;
16. Proteção da flora e da fauna, proibindo-se a caça em toda a região e criação de reservas biológicas, estações ecológicas e refúgios de animais nativos, sob a orientação do I.B.D.F;
17. Promoção de feiras agro-pecuárias em todos os municípios, com prêmios para os melhores trabalhadores rurais;
18. Incentivo, colaboração e apoio aos

- sindicatos rurais, visando levar aos seus membros, idéias e sugestões relativas à Preservação do Patrimônio Ambiental;
19. Elaboração de programas de eletrificação, telefonia, estradas, escolas e serviços de saúde nas áreas rurais, visando a fixação do homem ao campo;
 20. Apoio às pequenas comunidades rurais, semi-rurais e urbanas, como Areias, Campos Novos de Cunha, Canas, Embaú, Jambeiro, Lagoinha, Lavrinhas, , Mauá, Monteiro Lobato, Pinheiros, Potim, Quatis, Roseira Velha, São José do Barreiro, Silveiras, proporcionando-lhes melhores condições de vida e valorizando o seu potencial cultural e turístico;
 21. Impressão e distribuição de uma cartilha ecológica e intensificação de estudos e pesquisas sobre o patrimônio ambiental do Vale do Paraíba nas escolas e colégios da região;
 22. Realização de palestras, cursos, exposições e debates sobre ecologia para a formação e atualização dos professores diferentes graus de ensino;
 23. Conscientização da população sobre problemas do meio ambiente, através de palestras em escolas, igrejas, sindicatos e dos veículos de comunicação social (jornais, revistas, rádios, televisão);
 24. Criação de leis e códigos municipais visando a proteção do meio ambiente e o controle da poluição visual e sonora acordo com a legislação estadual e federal que regulamenta o assunto;
 25. Organização de um conselho de Defesa Ambiental (CODAM), em cada município de preferência, ligado à Câmara Municipal, destinado a atender, encaminhar e resolver problemas relacionados com o meio ambiente e fiscalizar o cumprimento da legislação municipal, estadual e federal relativa à defesa do patrimônio ambiental.

Guaratinguetá, 06 de junho de 1981.

APELO EM FAVOR DO RIO PARAÍBA DO SUL

Ao ensejo da comemoração do 10º aniversário da edição, pelo Instituto de Estudos Valeparaibanos, da Carta de Defesa do Patrimônio Ambiental do Vale do Paraíba, as pessoas e entidades que assinam o presente, conscientes da significação histórica e econômica do rio Paraíba do Sul para toda a região por ele atravessada e considerando:

- a) que a população deve empenhar-se por medidas de ordem prática que impeçam o prejuízo ambiental representado pela danificação dos terrenos que o margeiam;
- b) que a recomposição da vegetação ciliar é necessária também para a alimentação da fauna que o habita e para o bem estar dos seres humanos;
- c) que a recriação de um ambiente de beleza é exigência de civilização.

APELAM

Às autoridades, clubes de serviço, sindicatos, empresas, escolas, entidades culturais e comunitárias, igrejas, meios de comunicação social, lideranças políticas e todas as pessoas de algum modo investidas de responsabilidade social, para que, com entusiasmo e determinação, empreendam esforços em favor da

ARBORIZAÇÃO DAS MARGENS DO RIO PARAÍBA DO SUL, SEUS FORMADORES E SEUS AFLUENTES.

Fazenda Boa Vista, Roseira Velha, 21 de Setembro de 1991.

CARTA DE PRINCÍPIOS PARA O VALE DO PARAÍBA

Aos novos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores

No momento em que as comunidades de todo o Vale do Paraíba se preparam para receber seus novos governos, com posse dos prefeitos e vereadores para um novo período legislativo e administrativo, o Instituto de Estudos Valeparaibanos, como organismo cultural voltado para o estudo, pesquisa e defesa do patrimônio histórico, cultural e ambiental, responsabilidade que compartilha com autoridades, veículos de divulgação, entidades prestadoras de serviços, sindicatos e outras instituições, sente a necessidade de fazer ao eleitos uma sugestão para adoção de alguns princípios norteadores da ação em prol do bem comum dos homens e das cidades.

É fato incontestável que a população brasileira, de modo geral, está insatisfeita com o processo político, pois suas esperanças sucessivamente têm sido frustradas diante da seqüência perversa de atitudes incompatíveis com a decência e o interesse público, por parte daqueles a quem ela tem confiado a condução do destino da nossa nação.

Face ao agravamento da situação social do país e à necessidade do exercício da cidadania, o I.E.V. apela à consciência cívica de nossos governantes, e lhes propõe alguns princípios para o exercício de suas funções.

CARTA DE PRINCÍPIOS

1. É legítima a aspiração dos partidos políticos em, uma vez no poder, exercitarem suas idéias e seus programas. No entanto, o interesse público deve estar acima de paixões e insinuações pessoais ou de grupos. Para tanto, torna-se necessário:

- a) manter canal de comunicação direta com a população, estabelecendo programas de ação baseados na descentralização, na participação dos mais variados segmentos das comunidades, buscando a integração de esforços na solução de problemas urgentes e comuns;
- b) trabalhar no sentido de vencer os personalismos, autoritarismo e elitismos tão presentes na vida política nacional e regional;
- c) manter e fazer funcionar o CODIVAP- Consórcio de Desenvolvimento integrado do Vale do Paraíba, como órgão centralizador de pesquisas, estudos e reflexões sobre os empreendimentos comuns a toda a região.

2. O desenvolvimento econômico brasileiro, com os modelos que foram

adotados está levando o povo à miséria, à ignorância, ao sofrimento e à doença. Sem esquecer a presteza em reclamos às esferas superiores de gestão pública, os municípios – também empobrecidos – devem destinar seus poucos recursos a tarefas mais urgentes de sentido social e humanitário, como saúde, educação, trabalho e habitação.

3. O suporte técnico-científico para projetos de desenvolvimentos local e regional deve ser procurado nas fontes mais conceituadas, não descartada a contribuição de órgãos públicos e da iniciativa privada e civil, como os centros de ensino universitário, institutos e órgãos de pesquisas e de estudos sediados na região.
4. Na procura de solução para os problemas, os dirigentes municipais não podem esquecer o compromisso com a preservação da documentação histórica e cultural (que inclui prédios e locais significativos, bibliotecas, monumentos, objetos de arte e outros) e do meio ambiente (que inclui ar puro, águas limpas, tranquilidade, segurança e todas as outras condições indispensáveis ao bem-estar físico e espiritual da comunidade, cuja identidade cultural deve ser preservada). Aqui nos reportamos às propostas do I.E.V, na “*Carta de Defesa do Patrimônio Cultural do Vale do Paraíba e Paraty*”, de 1977, e da “*Carta de Defesa do Patrimônio Ambiental do Vale do Paraíba*”, de 1981, ambas à disposição das autoridades, como fonte de reflexão.
5. Quando da realização de projetos desenvolvimentistas, que importem em obras de toda espécie e serviços permanentes, deve ser assegurada a utilização de mão-de-obra local, ainda que os recursos provenham de en-

tidades nacionais ou estrangeiras.

6. Urge a mobilização coletiva – de autoridades, educadores, sindicalistas, sacerdotes, comunicadores, entidades cívica e famílias – em torno de alguns problemas de solução pouco fácil mas da maior importância e responsabilidade política , econômica e cultural, como:
 - a) a recuperação do rio Paraíba do Sul, em todo o seu curso, o que inclui o restabelecimento da vegetação ciliar e dos remanescentes florestais em toda a bacias, bem como a regulamentação da exploração mineral nas áreas em que nenhum projeto definitivo foi ainda aprovado, ouvidas a população e as entidades ambientalistas, por meio de reuniões pesquisas de opinião pública, encontros e debates;
 - b) a navegação do rio Paraíba do Sul;
 - c) o restabelecimento e o aperfeiçoamento do transportes ferroviário; no planejamento de futuras rodovias, que a população tenha acesso prévio aos projetos, a fim de que possa oferecer contribuição com análise e críticas;
 - d) o incremento da produção rural, como forma de melhorar o suprimento alimentar das cidades e de estimular a população para ela tradicionalmente vocacionada, de modo a estimular significativamente o relacionamento entre o campo e a cidade;

- e) a organização de planos de incentivo ao turismo, permitindo o aproveitamento econômico do potencial histórico, paisagístico e climático da região, notadamente das cidades históricas - Bananal, Areias, Arapeí, São José do Barreiro, Silveiras, Queluz, São Luiz do Paraitinga, Redenção da Serra, Paraibuna, Santa Branca, Taubaté, que importa no investimento em infra-estrutura, notadamente em hotéis e áreas de lazer - estimulando o intercâmbio regional por meio do planejamento escolar, com estreito contato das escolas públicas oficiais com as particulares de todos os níveis.
- f) Incrementar o estudo e o aproveitamento da flora e da fauna regional, com suas propriedades medicinais, e de todos os nossos recursos naturais.
7. É **chegado** o momento de nos voltarmos para nós mesmos. De realizarmos esforços no sentido de encontrar soluções para os nossos problemas locais e regionais. As soluções virão como resultado de um trabalho coletivo, contando, evidentemente, com o apoio, a sensibilidade e a liderança dos nossos dirigentes, que queremos conscientes, responsáveis e voltados para o bem comum.

Guaratinguetá, dezembro de 1992

MANIFESTO AOS REPRESENTANTES DOS PODERES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO VALE DO PARAÍBA

O Instituto de Estudos Valeparaibanos, pensando na população do Vale do Rio Paraíba do Sul, considerando :

- 1- A premente e imperiosa necessidade da sociedade reduzir os níveis de degradação ambiental e mesmo de promover a reposição da cobertura vegetal ;
- 2- A explosão da ocupação das terras em decorrência do processo de expansão industrial da região ;
- 3- A necessidade de se criarem mecanismos que reduzam os danos ambientais decorrentes desse processo de expansão industrial ;
- 4- A preocupação em entregar às próximas gerações um mundo ecologicamente mais estável ;
- 5- As preocupações expressas pelas nações na “*Agenda 21*” , da qual o Brasil é um dos signatários;
- 6- A urgência de se preservar o Rio Paraíba do Sul, fonte de suprimento de água para as populações e para os processos econômicos dependentes do seu curso;
- 7- E, ainda, em defesa da estética nos processos de ocupação da terra, vem a público solicitar aos representantes dos poderes públicos municipais do Vale do Paraíba, a criação de mecanismos legais que venham a impor a destinação de espaços de preservação ou reposição ambiental:

- a) nas novas ocupações urbanas, que se destinem a parques públicos e áreas de lazer, devidamente arborizadas ;
- b) nas novas ocupações industriais ou empresariais diversas, área mínima de 10% para reflorestamento com árvores nativas, e também áreas de lazer .

Fazenda Boa Vista, Roseira Velha, em 26 de junho de 1999



UNISAL - Centro Universitário Salesiano de São Paulo
Unidade de Lorena -Centro de História
Núcleo de Pesquisa Regional

O Núcleo de Pesquisa Regional é um órgão do Curso de História do Unisal- Centro Universitário Salesiano de São Paulo/ Unidade de Lorena, organizado com o objetivo de atender aos alunos e professores dos cursos de Geografia, História, Turismo, Pedagogia e outros na área de estudos e pesquisas, teses, monografias, ensaios, artigos e reportagens para jornais e revistas, filmes, vídeos, relacionados com a região do Vale do Paraíba em todos os seus aspectos (geografia, história, literatura, economia, folclore, turismo, ciências), e aberto ao público em geral e à outras instituições universitárias, centros de estudos e pesquisas, instituições científicas e culturais. Mantém em comodato, atualizados e em funcionamento os arquivos e as bibliotecas do Instituto de Estudos Valeparaibanos, especializados em temas sobre as regiões que integram a Bacia do Rio Paraíba do Sul (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). O Núcleo de Pesquisa Regional do Unisal também é responsável pela conservação, catalogação, atendimento e divulgação da Sala “Euclides da Cunha”, com seus móveis, arquivos e biblioteca, que funcionam em sala anexa à Biblioteca Central do Unisal, dedicada à memória, a vida e a obra do escritor e engenheiro Euclides da Cunha, especialmente no período em que ele viveu em Lorena (1902-1903) e trabalhou na região do Vale do Paraíba, como Chefe do 2º Distrito de Obras Públicas do Estado de São Paulo. Presta assessoria e consultoria aos projetos e parcerias firmados pelo Unisal com outras instituições, órgãos públicos e com a mídia em geral. O Núcleo Regional de Pesquisa do Unisal está sediado no Palacete Machado Coelho de Castro, à rua Dom Bosco, nº 289, em Lorena-SP – Telefone (12) 3159-2033 – Ramal 335 .

Copyright © 2005 by
Centro Cultural Teresa D'Ávila - CCTA
Lorena - São Paulo - Brasil

Projeto Gráfico: Annie da Silva Lopes

Composição/Impressão: Gráfica Santa Teresa
Av. Dr. Peixoto de Castro, 539 - 12 606 580 - Lorena - SP
Fone (0**12) 3153-2888 R. 229 - Fax (0**12) 3152-2688 - e-mail: grafica@fatea.br

